

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Seqüencial:

Concurso Público



Aplicação: 22/1/2006

Cargo 19:
Consultor Técnico Legislativo
Categoria: Economista

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 24/1/2006, a partir das 17 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- II 25 a 27/1/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 14/2/2006 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- IV 15 a 21/2/2006 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 14/3/2006 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega de títulos: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

UnB **CESPE**
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- As siglas seguintes, quando usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; TJDFT = Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; STJ = Superior Tribunal de Justiça; STF = Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 7.

1 Sabe o leitor o que lhe trago aqui? Uma pérola. (...)
 Pesquei-a agora mesmo na costa da Câmara Municipal.
 Gosto daqueles mares, às vezes tempestuosos, às vezes banzeiros,
 4 mas sempre fecundos. Dizem que há um plano de fazer desaguar ali
 os rios Maranhão e Caiapó, contra todas as induções de geografia, e
 a despeito das leis da hidráulica. Contanto que me não tirem as
 7 pérolas.

Vamos à que acabo de colher. Todos os anos, em se
 aproximando o entrudo, a Câmara manda correr um edital que o
 10 proíbe, citando a postura e apontando as penas. Até aqui a ostra;
 agora a pérola. Este ano a Câmara fez saber duas coisas: primeiro,
 que a postura está em seu inteiro vigor; segundo, que deve ser
 13 cumprida *literalmente*. Sim, meu senhor, *literalmente*; deve ser
 cumprida *literalmente*.

(...)

16 Isto em trocos miúdos, quer dizer: Meus filhos, olhem que
 agora é sério. Estou cansada de publicar editais que nem mesmo os
 ingleses vêem. Não, não pode ser. Canso-me em dizer que atirar água
 19 é um delito, encrespo as sobranceiras, pego na vara de marmeleiro,
 e é o mesmo que se caísse um carro. Nada, agora é sério. Hão de
 cumprir literalmente a postura, ou vai tudo raso.

22 Entretanto, a coisa é menos fácil do que parece. A postura
 impõe multa aos que jogam entrudo, e, não podendo o infrator pagar
 a multa, sofrerá “dois a oito dias de prisão”; sendo escravo, porém,
 25 sofrerá “dois a oito dias de cadeia”. Como encaminhar literalmente
 esses dois infratores, um para a prisão, outro para a cadeia? Se não
 fosse a condição da literalidade, eu, no caso dos urbanos, mandava-os
 28 ambos para o xilindró, que é um meio-termo; mas devendo ser literal,
 não saberia que fazer.

(...)

31 Mas o que o leitor não suspeita é que não lhe dou esta
 pérola, e assim castigo a incredulidade com que me recebeu. Vou
 restituí-la à matrona municipal. Ela a porá ao colo, nos três dias de
 34 entrudo, para assistir ao baile dos limões-de-cheiro, que promete ser
 esplêndido, tão esplêndido que ela acabará por dançar com os outros.

Se assim acontecer, que fará a Câmara nos anos seguintes?
 37 Terá de recorrer a outros advérbios, *ferrenhamente*, *implacavelmente*,
terrivelmente, e sempre inutilmente, porque nestas coisas, amiga
 minha, ou se trata de um recreio popular, e é preciso fazer como
 40 aquele chefe de polícia, que o trocou por outro; — ou se trata de
 eleições, e então, antes de dar um advérbio à execução das leis, é
 melhor dar-nos o sentimento da legalidade, que está muito por baixo.

43 E depois, pode ser que o povo imagine que o direito de fazer
 entrudo, como o de expor ossos de defunto nas vitrinas, é
 constitucional. Se assim for, creia a Câmara que ele há de defendê-lo,
 46 a todo custo, considerando que, se hoje lhe tirasse o de jogar água,
 amanhã pode tirar-lhe o de profanar ossos nas vitrinas da Rua do
 Ouvidor. Premissa traz conseqüência; liberdade morta, liberdade
 49 moribunda. Ou mais derramadamente: as liberdades dependem tanto
 umas das outras, que o dia da morte de uma é a véspera da morte de
 outra. Vá lá em vinte palavras o que estava em duas.

Machado de Assis. *Crônicas — Balas de estalo*. In: *Obra Completa* – volume III. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 438-9.

Em relação às idéias e estruturas lingüísticas do texto, julgue os itens que se seguem.

- 1 No segundo parágrafo, a cadeia metafórica composta em relação a “costa”, “mares” e “pérolas” tem o efeito de sentido de ironia no que se refere ao funcionamento da Câmara Municipal.
- 2 No parágrafo às linhas de 16 a 21, por meio de recurso de personificação, o autor dá voz à Câmara Municipal.
- 3 A oração iniciada por “não podendo” (l.23) tem valor concessivo.
- 4 O autor do texto discute a idéia de que a interpretação literal da norma exigiria que os termos “prisão” e “cadeia” fossem compreendidos com significados diferentes, o que poderia provocar dúvidas na imposição de pena aos infratores.
- 5 Pelos sentidos do texto, a expressão “matrona municipal” (l.33) indica tratamento cerimonioso e respeitoso em relação à instituição a que se refere.
- 6 Em “defendê-lo” (l.45), o pronome “-lo” refere-se a “povo” (l.43).
- 7 Em “liberdade morta, liberdade moribunda” (l.48-49), a vírgula pode ser substituída, sem prejuízo para a correção gramatical e para a informação do período, pela expressão **significa, imediatamente a seguir, outra**.

1 O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e
discriminações, especialmente contra as comunidades
indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que
4 não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou
uma obra de resistência e construção nacional admirável.
Construiu, ao longo do século, uma nação plural,
7 diversificada, contraditória até, mas que se estende de uma
ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos
orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba
10 do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco
mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja.
Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São
13 Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e
da região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma
língua, partilha os mesmos valores fundamentais, sente-se
16 brasileira.

Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram,
dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e
19 árabes conversam sem medo, onde, toda migração é bem-
vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa
própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada
22 migrante se transforma em mais um brasileiro.

Luis Inácio Lula da Silva. *Discurso de Posse.*

Com referência aos sentidos e às estruturas lingüísticas do texto
acima, julgue os itens seguintes.

- 8 A expressão “é grande” (ℓ.1) restringe-se à extensão territorial do Brasil.
- 9 A inserção de **Essa nação vai dos** no lugar de “Dos”, antes de “encantados da Amazônia” (ℓ.8), prejudica a correção gramatical do período e altera o significado original da informação.
- 10 Antes de “Onde a mestiçagem” (ℓ.17), subentende-se a repetição da expressão “Esta é uma nação”, que inicia o período antecedente.
- 11 Os sinais de ponto-e-vírgula às linhas de 9 a 11 podem, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituídos por vírgulas.
- 12 Estaria gramaticalmente correta, à linha 14, a redação **região Centro-Oeste, esta é uma nação...**

1 O Estado democrático estabelece o direito, a fim
de que o limite da liberdade de cada um seja a liberdade dos
outros. O Brasil livrou-se da tutela do arbítrio e não aceita
4 a tutela da coação, nem o intimidam facções ou grupos.

A liberdade implica o compromisso de fortalecer
o poder político contra a insegurança de abalos
7 institucionais. Ouvir a todos e conviver com todos, sem
discriminação. Tolerância não significa concordância.(...)

A liberdade não se esgota na vontade institucional.
10 Ela tem de ser capaz de gerar direitos sociais, para ser a
liberdade que não permita a morte pela fome, pelas
doenças, pela insegurança das cidades e pela ausência de
13 trabalho. Enfim, a liberdade é a vida; é uma perspectiva de
vida feliz.

Mas o exercício da liberdade tem de ser integral.
16 Indissociáveis são as liberdades política, econômica e
social. Todos sabem que, onde morreu a liberdade
econômica ou existe a servidão social, a liberdade política
19 não existe. Querer a liberdade política sem garantir o poder
criador competitivo da iniciativa privada é não conhecer
a realidade da História. Querer liberdade econômica,
22 convivendo com a injustiça social e com a miséria, é admitir
uma sociedade de privilégios que termina na violência e no
silêncio das ideologias.

José Sarney. *Discurso de Posse.*

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 13 A expressão “a fim de que” (ℓ.1-2) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e para o sentido original do período, ser substituída por qualquer uma das seguintes: **para que**, **com o objetivo de que**, **conquanto que**.
- 14 Em “nem o intimidam” (ℓ.4), “o” é pronome que se refere ao antecedente “arbítrio” (ℓ.3).
- 15 Em “implica o compromisso” (ℓ.5), a substituição de “o” por **com** mantém a correção gramatical e a informação original do período.
- 16 Imediatamente antes da palavra “Tolerância” (ℓ.8), pela relação que a oração estabelece com o período anterior, caberia o emprego da conjunção **Entretanto**, seguida de vírgula e letra minúscula.
- 17 O trecho “ser integral. Indissociáveis são as liberdades” (ℓ.15-16) admite, sem prejuízo para a correção gramatical do texto, a seguinte reescrita: ser integral, uma vez que são indissociáveis as liberdades.
- 18 As vírgulas logo após “que” (ℓ.17) e “social” (ℓ.18) justificam-se por isolar oração subordinada adjetiva restritiva deslocada de sua posição na ordem direta.
- 19 A substituição de “convivendo” (ℓ.22) por **já que se convive** mantém a correção gramatical e o sentido original do período.
- 20 A linguagem do primeiro parágrafo do texto é inadequada para a redação de correspondências oficiais em razão de sua subjetividade.

Acerca da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do DF, julgue os seguintes itens.

- 21 Procedimento legislativo é o conjunto de atos pré-ordenados que objetivam a formação das leis mediante a colaboração entre os poderes do DF.
- 22 O procedimento legislativo, disciplinado pelo Regimento Interno da CLDF, pode ser ordinário, sumário ou especial.
- 23 No âmbito do Poder Legislativo do DF, denomina-se lei complementar aquela que disciplina matéria que a LODF determina como seu objeto, e resolução, a lei que disciplina, com efeito externo, matéria de competência privativa da CLDF.
- 24 A iniciativa comum pode ser exercida pelo governador do DF, por qualquer membro ou órgão da CLDF e pelos cidadãos.

No que se refere ao Regimento Interno da CLDF, julgue os próximos itens.

- 25 A denominação Câmara Legislativa decorre da fusão dos nomes atribuídos às casas legislativas dos municípios e dos estados-membros da Federação, respectivamente.
- 26 As sessões legislativas ordinárias têm a duração de nove meses e meio e são divididas em dois períodos, sendo o primeiro iniciado em 1.º de fevereiro e o segundo, em 1.º de agosto.
- 27 Na sessão legislativa extraordinária, a CLDF somente deliberará sobre a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- 28 Cabe à Mesa Diretora organizar a relação dos deputados distritais, que deverá ser concluída após a sessão de posse.
- 29 A criação das regiões administrativas do DF ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria simples dos deputados distritais, e sua extinção dar-se-á mediante maioria absoluta.
- 30 Os conselhos de representantes comunitários funcionam junto às administrações regionais como órgãos deliberativos, consultivos e fiscalizadores dos atos de gestão dos administradores.

Quanto à Constituição Federal e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

- 31 O Brasil adota uma Constituição de tipo rígido e formal, de maneira que as únicas normas de nível constitucional, no país, são a própria Constituição e as emendas constitucionais regularmente aprovadas pelo Congresso Nacional.
- 32 Os direitos e garantias fundamentais integram a proteção constitucional mais importante dirigida aos indivíduos, aos grupos e, em certos casos, até às pessoas jurídicas; apesar disso, esses direitos não têm caráter absoluto, portanto podem sofrer limitações.

Julgue os itens a seguir, acerca da organização do Estado e do Poder Legislativo.

- 33 Em relação ao DF, é correto afirmar que, embora ele possua as competências reservadas aos estados-membros, não pode ser dividido em municípios; ele é regido por lei orgânica votada em dois turnos por sua Câmara Legislativa, com intervalo mínimo de dez dias entre as votações.
- 34 Uma das mais importantes formas de atuação do Poder Legislativo consiste nas comissões parlamentares de inquérito que se destinam a investigar possíveis atos ilícitos, os quais devem ser determinados para se permitir a instauração válida da comissão. Essas comissões devem funcionar por prazo certo e têm poderes de investigação semelhantes aos das autoridades judiciárias, muito embora determinadas medidas somente possam ser decretadas pelo Poder Judiciário, como é o caso da prisão preventiva.

Em relação à tributação e às finanças públicas, julgue os itens seguintes.

- 35 No que tange à repartição das competências tributárias, a competência para instituir taxa será da pessoa jurídica de direito público que preste serviço de qualquer natureza ao qual a taxa esteja associada, ou que exerça poder de polícia do qual a taxa decorra.
- 36 Em virtude do princípio constitucional da legalidade, apenas a lei em sentido formal, isto é, aquela aprovada pelo Poder Legislativo após o devido processo, pode criar ou majorar tributos; em consequência, o Poder Executivo não pode fazê-lo por meio de medida provisória.
- 37 É privativa da União a competência para emitir moeda, a qual é exercida pela Casa da Moeda do Brasil.

Julgue os itens que se seguem, a respeito da LODF e da organização do DF.

- 38 De acordo com a LODF, um dos objetivos prioritários do DF consiste em preservar o conjunto urbanístico de Brasília, de suas cidades-satélites e do chamado Entorno do DF, de maneira a se preservar sua identidade, adequando-se as exigências do desenvolvimento à defesa de sua memória, de sua tradição e de suas peculiaridades.
- 39 Se, em determinado ano, um anteprojeto de lei for rejeitado pela CLDF, a matéria dele constante poderá ser reapresentada a esse órgão na mesma sessão legislativa, desde que a maioria absoluta dos membros da casa assim proponha; por outro lado, se o veto do Poder Executivo a um projeto de lei for derrubado pela CLDF, o projeto poderá vir a ser promulgado pelo próprio presidente da Câmara, caso o governador não o faça dentro de certo prazo.
- 40 Um indivíduo não-nascido no Brasil não pode ser eleito governador do DF, à luz das disposições da LODF.

No atinente aos atos administrativos, ao controle da administração pública, aos contratos administrativos e aos agentes administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 41 Para, pelo menos, parte da doutrina especializada, não obstante o dever de legalidade da administração pública, esta pode, em casos excepcionais e observadas certas condições, deixar de declarar a invalidade de um ato administrativo, quando constatar e justificar cabalmente que a anulação causará mais mal que a manutenção do ato.
- 42 Uma das modalidades mais relevantes de controle da administração pública é o realizado por ela própria, o qual decorre do poder de autotutela dos entes e órgãos públicos; esse controle interno fundamenta-se no princípio da legalidade e pode ser tanto realizado de ofício quanto mediante provocação do interessado; pode, ainda, ser preventivo, concomitante ou posterior.
- 43 Devido à presunção de validade dos atos da administração pública e à formalidade a eles inerente, os contratos administrativos concernentes a direitos reais sobre imóveis não precisam ser lavrados em serviço notarial.
- 44 A atuação de particulares em colaboração com o poder público pode ocorrer até independentemente de remuneração, bem como em situações nas quais a remuneração não é paga pelo ente público, mas por pessoas jurídicas de direito privado.

Julgue os itens a seguir, no que tange aos poderes e princípios básicos da administração e aos serviços públicos.

- 45 O poder regulamentar é a única maneira pela qual se exerce a função normativa do Poder Executivo.
- 46 Por força do princípio do devido processo legal, a administração deve sempre comunicar ao interessado qualquer decisão que lhe afete a propriedade ou a liberdade; essa comunicação deve ser feita, em regra, previamente à prática do ato, mas poderá ser posterior, em situações excepcionais.
- 47 De acordo com Celso Antônio Bandeira de Mello, o princípio da adaptabilidade implica a atualização e a modernização dos serviços públicos, ainda que isso ocorra apenas em função das possibilidades materiais do poder público.

Referentemente à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 8.666/1993), à Lei n.º 8.112/1990, da União, na forma consolidada pelo Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, e à Lei de Permissões e Concessões, julgue os itens seguintes.

- 48 As sociedades de economia mista e empresas públicas exploradoras de atividade econômica não estão obrigadas a licitar.
- 49 Nos termos do Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, que consolidou a aplicação, no DF, da Lei n.º 8.112/1990, da União, a responsabilidade do servidor do DF pelo cometimento de ilícito pode ser, de modo cumulativo, de natureza cível, penal e administrativa, e de modo relativamente independente; no caso de o agente público cometer ato sujeito à pena de demissão, esta pode ser aplicada ainda que o servidor não tenha sofrido sanção anterior.
- 50 Uma das características essenciais das concessões e permissões de serviços públicos consiste em que a remuneração do prestador do serviço se faz, necessariamente, mediante a cobrança de tarifa dos usuários, de maneira a não onerar o Estado pela prestação da atividade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Utilizando os conceitos básicos da teoria econômica, julgue os itens subseqüentes.

- 51 O terremoto recentemente ocorrido no Paquistão pode ser representado, economicamente, como um deslocamento ao longo da curva de possibilidades de produção da economia desse país.
- 52 Considerando-se que a Biblioteca Nacional de Brasília está sendo construída em terreno destinado a esse fim pelo setor público, então o custo econômico dessa biblioteca equivale à quantia paga à construtora para erguê-la.
- 53 O déficit público, ao pressionar para cima as taxas de juros, aumenta o custo de financiamento de pesquisa e desenvolvimento e, portanto, desloca a curva de possibilidades de produção para baixo e para a esquerda.
- 54 Quando alguns economistas defendem a isenção tributária dos produtos que compõem a cesta básica, isso constitui um exemplo de proposição da economia positiva.
- 55 As modernas economias de mercado são mistas porque confiam, sobretudo, no mercado para alocar recursos, porém coexistem com a intervenção governamental, cujo nível ideal não é consensual entre economistas.

A teoria microeconômica estuda o processo de decisão dos agentes econômicos, incluindo-se, aí, consumidores e produtores. Nesse sentido, julgue os itens a seguir.

- 56 Baseando-se, unicamente, na alta do preço do petróleo observada no mercado internacional, é correto inferir que a oferta desse combustível está diminuindo.
- 57 A instauração de medidas de controle de preços dos combustíveis, destinadas a impedir que a alta do preço desses produtos se transmita para o resto da economia, acarretará excessos de demanda tanto maiores quanto maiores forem as elasticidades-preço da demanda desses produtos.
- 58 Duas curvas de indiferença não podem se cruzar porque, se isso ocorresse, o ponto comum entre elas corresponderia, ao mesmo tempo, a dois níveis de satisfação diferentes, o que seria contraditório.
- 59 A redução de impostos, no âmbito de uma reforma tributária, conduz ao aumento das horas trabalhadas em razão do aumento do salário líquido.
- 60 Supondo-se que os indivíduos gastem sempre uma mesma quantia em dinheiro na compra de um determinado bem, qualquer que seja seu preço, isto mostra que a elasticidade-preço da demanda desse bem é igual à unidade, em qualquer ponto da curva de procura.
- 61 Os aumentos salariais, obtidos com uma greve dos metalúrgicos de uma montadora de automóveis, elevam os custos marginais dessa empresa, provocando, assim, um deslocamento ao longo da curva de oferta de veículos.
- 62 A redução do preço das passagens aéreas, decorrente da entrada de novas empresas no mercado brasileiro, desloca a curva de demanda de passagens de ônibus para baixo e para a esquerda.
- 63 Supondo-se que, para uma determinada faixa de renda, a curva de Engel para carros usados apresente inclinação descendente, é correto afirmar que, para essa faixa de renda, carros usados são bens inferiores.

Ainda utilizando os conceitos básicos da teoria econômica, julgue os próximos itens.

- 64** Quando ocorrem avanços tecnológicos, a produtividade do fator trabalho pode aumentar, mesmo que determinado processo produtivo apresente rendimentos decrescentes para esse insumo.
- 65** Considerando que o setor editorial e gráfico trabalha com retornos crescentes de escala, então, para a CLDF, o custo médio de produzir 100 livretos é inferior àquele referente a 1.000 livretos.
- 66** O avanço tecnológico que faz com que a redução observada recentemente no preço das TVs de plasma (televisões planas) coexista com o aumento da oferta desses aparelhos indica que a curva de oferta de longo prazo desse produto é negativamente inclinada.
- 67** Supondo-se que, na produção de soja da região Centro-Oeste, trabalhadores e equipamentos sejam substitutos imperfeitos, então as isoquantas entre esses dois insumos, nessa região, são linhas retas paralelas.
- 68** Para levar em conta a criação de uma taxa por unidade de resíduo despejado (efluente) pelas empresas na rede fluvial, proposta por deputados ambientalistas, a minimização de custo, para um dado nível de produção, desloca a linha de isocusto dessas empresas, no sentido de maior utilização de equipamentos que gerem menos resíduos.

A respeito da análise financeira, que é importante para fundamentar a avaliação das decisões de investimento, julgue os itens seguintes.

- 69** A taxa de juros efetiva correspondente à taxa de juros de 24% ao ano, capitalizada semestralmente, é igual a 25,44%.
- 70** A taxa de juros simples, embora pouco praticada pelo mercado, que utiliza, em geral, juros compostos e *postecipados*, é utilizada para remunerar os depósitos efetuados na caderneta de poupança.
- 71** Para uma série uniforme de pagamentos, o fator de valor atual será tanto maior quanto menor for o número de períodos e maior for a taxa de juros.
- 72** No método do valor presente líquido, a questão de investimentos com diferentes vidas úteis deve ser tratada de forma explícita, recorrendo-se, por exemplo, à técnica da capitalização infinita.
- 73** Considerando que um determinado produto custe hoje R\$ 1.000,00 e que a empresa que o comercializa esteja sujeita a inflação de 20% ao ano, para que essa empresa acompanhe a perda pela inflação, ela deverá vendê-lo, após 2 anos, por R\$ 1.440,00.
- 74** Despesas com depreciação, por representarem um *encaixe* de imposto de renda, contribuem para reduzir os impostos devidos pela empresa.
- 75** A taxa interna de retorno referente à receita adicional de um investimento em relação a outro, levando-se em conta o investimento incremental para obtê-la, é mais apropriada para avaliar alternativas excludentes e que possuam investimentos iniciais diferentes.
- 76** A perpetuidade, título cujo valor corresponde a uma série variável e finita de fluxos de caixa, tem seu valor reduzido quando as taxas de juros aumentam.

Com relação ao estudo dos mercados monetários e de crédito, que é essencial ao entendimento de questões relevantes da economia, julgue os itens que se seguem.

- 77** As compras recentes de dólares pelo Banco Central do Brasil, feitas no intuito de limitar a valorização do real, além de tornarem nossas importações mais competitivas, não alteram a oferta monetária, restringindo, assim, as pressões inflacionárias sobre a economia brasileira.
- 78** Taxas de juros mais elevadas fazem que os agentes econômicos reduzam sua detenção de moeda e, portanto, contribuem para reduzir tanto o multiplicador quanto a base monetária.
- 79** Embora o Banco Central do Brasil não possa controlar diretamente o volume total de meios de pagamento, a existência de relação previsível a curto prazo entre o volume de meios de pagamento e a base monetária — multiplicador bancário — permite que o volume de meios de pagamento possa ser indiretamente controlado pelo adequado dimensionamento da base monetária.

RASCUNHO

Utilizando os conceitos básicos da economia internacional e do balanço de pagamentos, julgue os itens subseqüentes.

- 80** De acordo com a identidade fundamental do balanço de pagamentos, o saldo da conta-corrente corresponde ao negativo do saldo da conta de capital, já que a conta-corrente representa a variação dos ativos externos líquidos de um país.
- 81** Quando a União Européia suspendeu as importações de carne bovina proveniente de alguns estados brasileiros em decorrência do surto de febre aftosa, isso contribuiu para reduzir o saldo do balanço de transações correntes, porém não alterou o balanço comercial.
- 82** Em presença de expansão monetária, o fenômeno de ultrapassagem da taxa de câmbio, que contribui para aumentar a volatilidade das taxas de câmbio, decorre da rigidez de curto prazo do nível de preços e da condição de paridade de juros.
- 83** Como, recentemente, as taxas de inflação no Brasil têm sido superiores às taxas equivalentes nos Estados Unidos da América, de acordo com a teoria da paridade do poder de compra, ocorrerá depreciação da moeda brasileira, que se manifesta por meio de aumento da taxa de câmbio real entre o dólar e o real.

Acerca do estudo da contabilidade nacional, que diz respeito à mensuração de agregados macroeconômicos, julgue os próximos itens.

- 84** Programas de transferência de renda como o Fome Zero e o Bolsa-Família elevam a renda de pessoas mais carentes, aumentam o consumo dessas pessoas e, por meio do efeito multiplicador, levam à expansão tanto da renda interna como do produto interno bruto.
- 85** Aumentos nas alíquotas de ICMS cobradas pelos estados brasileiros reduzem tanto a renda disponível como o produto nacional bruto.
- 86** Os gastos com investimentos para a construção de um novo hospital público, que contribui para melhorar as condições de saúde da população, são computados, nas contas nacionais, como despesas de consumo.
- 87** Os lucros auferidos pelas empresas são contabilizados na renda nacional. Porém, desses lucros, somente a parcela correspondente aos pagamentos de dividendos feitos pelas empresas é incluída no cômputo da renda pessoal disponível.
- 88** O advento da TV digital, previsto no Brasil para 2006, concorre para que as variações no índice de preços ao consumidor tendam a superestimar a inflação porque pode ser visto como introdução de novos bens e como melhoria no padrão de qualidade dos produtos e, portanto, não é levado em conta — ou o é, apenas parcialmente, no cômputo desse índice.

Com referência à teoria macroeconômica, que analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos, julgue os itens seguintes.

- 89** No modelo keynesiano, a expansão de programas de gastos públicos acarreta, no longo prazo, expansão do emprego e da renda. Essa expansão é limitada, porém, pela elevação dos níveis de preço, gerada pelas pressões de demanda.
- 90** A crise do setor calçadista em Franca – SP, um dos principais pólos produtores do país, provocada, entre outros fatores, pela valorização do real frente ao dólar norte-americano, reduz a produção e, portanto, conduz a um deslocamento ao longo da curva de oferta agregada da economia brasileira.
- 91** De acordo com o efeito Pigou, para dada oferta de moeda, uma redução do nível de preços desloca a curva LM para cima, provocando, assim, aumento da produção e da renda.
- 92** Aumentos na propensão marginal a poupar, por restringirem os efeitos multiplicadores das despesas autônomas, tornam a curva IS mais inclinada.
- 93** Aumentos simultâneos de igual magnitude nos impostos e nos gastos públicos não alteram o produto interno bruto da economia em razão de o multiplicador keynesiano, nesse caso, ser nulo.
- 94** De acordo com a equação de Fisher, como no longo prazo a taxa de juros real não é afetada por distúrbios monetários, um aumento na inflação se reflete totalmente na taxa de juros nominal.
- 95** A redistribuição arbitrária de renda dos agentes credores para os devedores, decorrente da inflação, que corrói o valor real das dívidas e reduz os recebimentos reais dos credores, não é logicamente implicada por todos os fenômenos inflacionários, mas depende do tipo específico em análise.
- 96** Em regime de taxas de câmbio fixas, políticas monetárias restritivas destinadas a combater a inflação não alteram o nível de renda da economia.
- 97** Políticas fiscais expansionistas, quando ocorre efeito deslocamento (*crowding out*), deslocam a curva de demanda agregada para cima e para a direita. Porém, em virtude de o aumento do gasto público elevar as taxas de juros, essas políticas induzem aumentos da renda inferiores àqueles que ocorreriam na ausência desse efeito.

Com respeito aos aspectos econômicos do DF, julgue os itens a seguir.

- 98** No DF, a participação das atividades de administração pública, defesa, seguridade social e intermediação financeira no valor adicionado bruto cresceu, de forma expressiva, no período 2000-2003.
- 99** Embora sua parcela no produto interno bruto brasileiro seja, em geral, inferior a 3%, o DF apresenta uma das maiores rendas *per capita* do Brasil, suplantado apenas pelos maiores estados da região Sudeste.

O governo, mediante o uso de instrumentos apropriados, desempenha importante papel nas modernas economias de mercado. Por essa razão, a análise das finanças públicas, em particular, de sua política orçamentária, é fundamental para o entendimento das contas públicas. Nesse sentido, julgue os itens que se seguem.

- 100** Durante a década de 70, do século XX, as pressões por gastos públicos adicionais, exemplificada na proliferação de fundos e programas de fomento, expressavam-se no orçamento monetário e não no orçamento fiscal.
- 101** A Constituição de 1988 criou um sistema hierárquico de coordenação e planejamento para períodos de quatro anos, ampliando, assim, o ciclo orçamentário para além da formulação do projeto de lei anual, sumariado nos três instrumentos institucionais responsáveis pela regulamentação, planejamento e distribuição dos recursos federais: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.
- 102** O orçamento fiscal contempla as receitas e despesas da União, quais sejam, dos três poderes, porém, exclui aquelas referentes às fundações instituídas e custeadas pelo poder público que atuam na administração indireta.
- 103** No orçamento público, o princípio de não-vinculação garante maior flexibilidade na alocação de recursos e aplica-se tanto às receitas de impostos como àquelas provenientes dos demais tributos e de empréstimos concedidos ao setor público.
- 104** De acordo com a classificação funcional da despesa, os recursos destinados ao financiamento do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), que busca mobilizar, otimizar, e articular recursos, capacidades e competências existentes do país, para oferecer qualificação profissional, são contabilizados na função Trabalho (11), não sendo, porém, necessário enquadrá-los em nenhuma subfunção.
- 105** A liquidação da despesa é o instrumento por meio do qual a administração pública garante, previamente, o enquadramento no orçamento autorizado e a existência de recursos para efetuar determinada compra de bens e serviços.
- 106** No âmbito da vinculação da receita ao orçamento, depósitos judiciais e extrajudiciais constituem receitas orçamentárias e afetam a execução financeira, porém não podem ser considerados para efeito de programação de despesas, embora a sua apropriação imediata seja permitida à União.
- 107** Os fatores que facilitaram a adoção de políticas como o orçamento participativo, incluem a existência de experiências semelhantes, anteriores à redemocratização, bem como o aumento dos recursos municipais como resultado dessa redemocratização, combinado com a decisão de governos locais de promover ajustes nas finanças públicas.
- 108** No âmbito da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 3.441, de 15/9/2004), é vedado o pagamento, a servidor da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, excluindo-se, porém, aqueles que envolvam organismos internacionais.
- 109** As transferências de convênios da União destinados a programa de segurança pública bem como a cota-parte do fundo de participação dos estados e do DF, na Lei Orçamentária Anual, são contabilizadas como receitas correntes.

Ainda considerando a importância da análise das finanças públicas para o entendimento das contas desse setor, julgue os itens abaixo.

- 110** A Lei Orçamentária Anual, que discrimina a receita e a despesa pública para o exercício subsequente a sua aprovação, inclui os orçamentos fiscal e da seguridade social, excluindo, porém, o orçamento relativo ao investimento das empresas estatais.
- 111** O Plano Anual de Governo (PAG), elaborado com base nas quatro agendas do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES), do DF, permite integrar aspectos de planejamento com as questões orçamentárias, visto que ações que constam nesse plano devem servir de base para o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e, posteriormente, para a lei orçamentária referente ao mesmo exercício.

Com referência à economia do setor público, julgue os itens seguintes.

- 112** No Brasil, a exemplo de muitos países, os gastos substanciais do setor público com educação e saúde justificam-se pelo fato de esses serviços gerarem externalidades positivas e serem considerados bens públicos puros.
- 113** O financiamento de gastos públicos mediante a utilização de emissão monetária, além de aumentar a dívida pública, eleva, também, o déficit primário do governo, em razão do aumento das despesas com o pagamento de juros.
- 114** O conceito de necessidades de financiamento do setor público, além de incluir a variação da dívida líquida do setor público, considera também a existência de ativos reais, que podem ser descontados da dívida financeira para se chegar ao conceito de patrimônio líquido do setor público.
- 115** Supondo-se que a demanda de cigarros seja perfeitamente inelástica, então aumentos na tributação desse produto não implicam gravame excessivo (*deadweight loss*), visto que o efeito substituição é nulo, não havendo, assim, perdas de bem-estar.
- 116** A evolução dinâmica da relação dívida/PIB, em presença de altas taxas de inflação, depende crucialmente do tamanho relativo do resultado nominal.

Para que se entenda a natureza financeira do Estado, é importante conhecer os princípios que norteiam a contabilidade pública. Com relação a esse assunto, julgue os itens subsequentes.

- 117** Na contabilidade pública, o lançamento de despesas com depreciação, que constituem encargos, são imputadas ao resultado do exercício, a exemplo do que ocorre na contabilidade das empresas.
- 118** No balanço financeiro, a despesa orçamentária efetivamente paga no exercício corresponde à diferença entre a despesa realizada (empenhada), que aparece nas despesas orçamentárias, e a inscrição em restos a pagar (empenhada, a pagar), que consta da receita extra-orçamentária.
- 119** As alienações por doação e cancelamento de créditos, contabilizadas no balanço patrimonial, são incluídas na lei de orçamento, desde que autorizadas pelo Poder Legislativo.
- 120** O Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGo), que foi implantado em janeiro de 2000, consistiu, inicialmente, de reestruturações dos antigos Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFEM), Sistema de Acompanhamento Governamental (SAG) e Sistema Integrado de Orçamento Público (SIOP) e inclui todo o ciclo de planejamento, acompanhamento, execução orçamentária, financeira e contábil do governo do DF.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- **ATENÇÃO!** Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Os deputados estaduais aprovaram projeto de lei que estabelece limite máximo para o número de alunos nas salas das escolas estaduais de São Paulo. Atualmente, esse teto é determinado apenas por resolução da Secretaria Estadual da Educação. Por não estar escrito em lei, o limite funciona somente como uma recomendação. O projeto aprovado pela Assembléia Legislativa prevê que as classes de primeira a quarta séries do ensino fundamental devem possuir até 25 alunos; as de quinta a oitava, 30; e as de ensino médio, 35.

Folha de S.Paulo, 15/12/2005 (com adaptações).

Redija um texto que mostre as vantagens e desvantagens de uma política que justifique a adoção de limites para o número de alunos em salas de aula, tal como mencionado no texto acima. Seu texto deverá abordar, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ falhas de mercado envolvidas na produção de serviços educacionais;
 - ▶ aspectos de custo-eficiência;
 - ▶ limites de aplicação da referida política.
-

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	